



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA

A Sua Excelência o Senhor

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO

Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

Sr. Presidente,

1. A [Resolução CNRH nº 168, de 23 de setembro de 2015](#), prorrogou, até 31 de dezembro de 2020, o prazo da delegação de competência ao Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar as funções de agência de água da Bacia Hidrográfica do rio Doce. No entanto, em 20 de fevereiro de 2020, o IBIO, por meio do OFÍCIO IBIO nº 12/2020, formalizou o pedido de rescisão do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, solicitando o seu encerramento até a data de 30 de agosto de 2020.
2. Em outubro de 2019, o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Doce – CBH Doce, ciente de que o processo de reestruturação do IBIO, em curso, enfrentava dificuldades, além do risco iminente de ficar sem uma entidade delegatária para desempenhar as funções de agência de água da Bacia Hidrográfica do rio Doce, editou a [Deliberação Normativa CBH-Doce nº 79](#), que aprovou o Edital nº 01/2019 com vistas à seleção de entidade delegatária para desempenhar as funções de agência de água da Bacia Hidrográfica do rio Doce. No decorrer do processo de seleção, as duas entidades que concorreram ao pleito foram declaradas inabilitadas pela Comissão de Julgamento, restando frustrado o Edital nº 01/2019. Com isto, dada a descontinuidade do processo de seleção de entidade para atuar na Bacia Hidrográfica do Rio Doce e da manifestação do IBIO pela rescisão contratual, o CBH Doce se aproximou da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, resultando na [Deliberação Normativa ad referendum CBH-Doce nº 83, de 15 de abril de 2020](#).
3. O Ofício nº 044/2020/CBH-Doce, de 16 de abril de 2020, encaminhou ao CNRH a indicação da AGEVAP para desempenhar as funções de agência da água na Bacia Hidrográfica do rio Doce e o Ofício nº 045/2020/CBH-Doce, de 17 de abril de 2020, aponta, como prazo de delegação, a vigência estabelecida no Contrato de Gestão a ser firmado junto à ANA.
4. A Secretaria Executiva do CNRH, encaminhou o Ofício nº 249/2020/SNSH-MDR, solicitando à ANA subsídios quanto a viabilidade do pleito do CBH Doce. Em resposta, a ANA produziu a NOTA TÉCNICA CSCOB/CINCS nº 27/2020/CSCOB/SAS confirmando a viabilidade da solicitação desde que atendidas condições mencionadas na referida Nota Técnica.
5. Nesse sentido, considerando que a documentação atendeu às

disposições da [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), e da [Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004](#), e o iminente encerramento do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, os conselheiros subscritos **REQUEREM**, nos termos do art. 12 do Regimento Interno, urgência na apreciação pelo Plenário, da minuta de Resolução que *“Delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce”*, conforme minuta disposta abaixo:

MINUTA DE RESOLUÇÃO N. , DE YY DE XXXXX DE 2020

Delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, assim como pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e tendo em vista o disposto na Resolução CNRH nº 203, de 23 de outubro de 2018, a Deliberação Normativa *ad referendum* CBH-Doce nº 83, de 15 de abril de 2020, em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 437, de 8 de novembro de 2013, e o que consta do Processo MDR SEI nº 59000.008317/2020-99, resolve:

Art. 1º Delegar, até 31 de dezembro de 2025, o exercício de funções de competência das Agências de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, observadas as disposições da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004.

Art. 2º Nos exercícios 2020 e 2021, a AGEVAP deverá se estruturar considerando o limite de custeio administrativo proporcionado pela cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce, priorizando o exercício da função de secretaria executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Doce.

Art. 3º Até 30 de junho de 2021, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce deverá apresentar proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de sua área de atuação ao CNRH.

Parágrafo único. Caso a proposta a que se refere o caput não assegure a viabilidade financeira da entidade delegatária, esta delegação será revogada.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO
Presidente do Conselho

MARCELO PEREIRA BORGES
Secretário-Executivo

Anexos a esse requerimento seguem:

- OFÍCIO IBIO nº 12/2020;
- Ofício nº 249/2020/SNSH-MDR;
- Ofício nº 044/2020/CBH-Doce;
- Ofício nº 045/2020/CBH-Doce; e
- NOTA TÉCNICA CSCOB/CINCS nº 27/2020/CSCOB/SAS.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Saraiva Ferreira, Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em 22/06/2020, às 18:54, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Pires da Silva, Coordenador(a) Geral de Projetos de Água e Esgoto**, em 23/06/2020, às 19:17, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE BATISTA PIMENTEL, Usuário Externo**, em 24/06/2020, às 11:04, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Lopes Varella Neto, Usuário Externo**, em 24/06/2020, às 11:17, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Irion Almeida, Usuário Externo**, em 24/06/2020, às 11:56, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL SERONNI MENDONÇA, Usuário Externo**, em 24/06/2020, às 13:45, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Mezadre Pompermayer, Usuário Externo**, em 24/06/2020, às 14:09, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Magalhães Noquelli, Usuário Externo**, em 24/06/2020, às 14:24, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 24/06/2020, às 14:37, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Machado de Almeida, Usuário Externo**, em 24/06/2020, às 16:42, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio dos Santos, Usuário Externo**, em 24/06/2020, às 17:36, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1916562** e o código CRC **984331FC**.